

**FORMAÇÃO DOS REINOS CRISTÃOS NA PENÍNSULA
IBÉRICA E A EMERGÊNCIA DAS LÍNGUAS ROMÂNICAS**

José Mario Botelho (FFP-UERJ)
jomartelho@gmail.com

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo principal a formação das línguas românicas, cuja emergência se deu a partir do século VIII, à medida que iam surgindo os reinos cristãos durante a reconquista dos territórios ibéricos dominados pelos mouros invasores. Aos romanistas interessados pelo assunto, de imediato, ocorre-lhes o fato de essas línguas terem a sua origem no latim vulgar, falado em toda a região do antigo Império Romano. Não nos atentamos, porém, ao enorme lastro de história existente entre o momento derradeiro do uso efetivo da língua latina e o momento da emergência das línguas românicas. Por isso, pretende-se, neste artigo, refletir sobre os aspectos da situação sociopolítica da região, onde se instituíram os diversos reinos germânicos após a queda do Império Romano até o século VIII, quando a península Ibérica foi dominada pelos árabes muçulmanos.

Palavras-chave:

Línguas românicas. Reconquista cristã. Reinos cristãos.

RESUMEN

El objetivo principal de este estudio es la formación de las lenguas romances, surgidas a partir del siglo VIII, a medida que surgían los reinos cristianos durante la reconquista de los territorios ibéricos dominados por los invasores moros. Los romanistas interesados en el tema se dan cuenta inmediatamente de que estas lenguas tienen su origen en el latín vulgar, hablado en toda la región del antiguo Imperio Romano. Sin embargo, no prestamos atención a la enorme carga histórica que existió entre el momento final del uso efectivo de la lengua latina y el momento del surgimiento de las lenguas romances. Por ello, este artículo pretende reflexionar sobre aspectos de la situación sociopolítica de la región, donde se establecieron los distintos reinos germánicos tras la caída del Imperio Romano hasta el siglo VIII, cuando la Península Ibérica estuvo dominada por los árabes musulmanes.

Palabras clave:

Lenguas romances. Reconquista cristiana. Reinos cristianos.

1. Introdução

Certamente, quando se deseja falar sobre a emergência das línguas românicas, a primeira informação que ocorre a um linguista-filólogo romanista é o fato de essas línguas terem a sua origem no latim vulgar, falado pelos povos romanizados em toda a região do antigo Império Romano,

mormente na península Ibérica, onde se formaram os diversos reinos cristãos a partir do século VIII.

Não nos atentamos, contudo, ao enorme lastro de história existente entre o uso efetivo da língua latina na região, onde se instituíram os diversos reinos germânicos após a queda do Império Romano.

À península Ibérica, primeiramente chegaram os suevos, os vândalos e os alanos e pouco depois, os visigodos. Essas três primeiras tribos bárbaras, que invadiram o Império Romano do Ocidente, determinando o seu fim, não se fixaram por muito tempo e, por conseguinte, pouca influência exerceram sobre a cultura peninsular. Porém, os visigodos, que venceram aquelas primeiras tribos e se instalaram naquela região ibérica, fundaram seus reinos de matizes ora arianas (religião dos visigodos) ora cristãs (religião dos convertidos) e adotaram a língua cristã da península (os romances ou romances cristãos, que já se avolumavam em toda a região latinizada); instaurava-se, pois, uma cultura gótico-cristã (ou gótico-latina ou gótico-romana) em toda a península com os matizados reinos gótico-cristãos, em sua maioria, que praticamente prestavam obediência um governo central.

O rei visigótico Leovigildo, o unificador, exerceu esse poder de 569 a 586; o seu filho Recaredo I, de 586 a 601. De 601 a 631, deu-se uma série de regicídios. A instabilidade desse período, causada pelas disputas entre os reis e entre a realeza e a nobreza, se prolongou até 636, quando se deu uma unificação religiosa e o poder político da Igreja através dos concílios se instaurou. Contudo, as sucessões, definidas pela Igreja, não puseram fim aos conflitos, que constantemente vinham à tona. E foi esse *status quo* que encontraram os árabes muçulmanos em 711, quando invadiram a península Hispânica (ou Ibérica), dominando gótico-cristãos e ocupando praticamente toda a península.

Também, não nos vem à lembrança, por conseguinte, as diferentes situações por que passou a língua “latina” falada pelos povos daquela parte da România¹ Ibérica depois das invasões dos povos germânicos, que

¹ “ROMÂNIA – Nome convencionalmente dado ao conjunto de regiões do Império Romano, em que se radicou o latim como língua regional, substituindo-se às antigas línguas vigentes antes da conquista romana. Essas regiões foram a princípio a península Itálica, o vale do Danúbio, a costa leste do Adriático, a Dácia nos Balcãs, as Gálias, a península Ibérica, as ilhas mediterrâneas ocidentais, como a Córsega e a Sardenha, e a costa africana mediterrânea.” (CÂMARA JR., 1985a, p. 211). Também, se pode falar em uma România descontínua, considerando as diversas áreas em que se efetivaram as diversas línguas neolatinas.

determinaram o fim do Império Romano do Ocidente no século V da nossa era.

De fato, desde a queda do Império até a emergência das línguas românicas, a língua falada pelos povos daquela região (supõe-se o latim vulgar) não era mais a língua latina, que se dialetava profundamente e diferentemente nos diversos reinos bárbaros que se formavam na península. Poder-se-ia dizer que surgiam várias línguas daquele princípio caótico, causado pelo domínio dos bárbaros germânicos, que destruíram as escolas, os templos, as estradas e praticamente tudo que garantia até então certa unidade daquela língua latina. Deu-se, pois, a dialeção do latim vulgar, que já não era, nem mesmo no tempo do domínio romano, uma língua homogênea.

De certo, o latim vulgar – língua falada em todo o Império Romano – é a origem mediata das línguas românicas, mas não é diretamente dela que emergem aquelas novas línguas durante o surgimento dos reinos cristãos, os quais se formaram com a reconquista das terras ocupadas pelos mouros muçulmanos após 711.

Certamente, não se pode deixar de comentar sobre as consequências da invasão dos bárbaros germânicos, que determinou o fim do Império Romano do Ocidente, e o domínio dos visigodos, que ocuparam toda a Hispânia desde o início do século VI até século VIII.

A transformação sociopolítica que se deu naquele território é um fato inexorável: transformou-se, primeiramente, a sua geografia, pois os centros populacionais foram separados e alguns ficaram, praticamente, isolados com seus governos bárbaros germânicos em particular; o latim vulgar, que já era variante desde o século III, dialeto-se por completo com a influência dos substratos peninsulares, que ganha força com o fim da romanização; a introdução de novos elementos culturais visigóticos cria uma nova cultura na península, a cultura gótico-cristã; proliferam-se os romances (ou romances) cristãos, cujo conjunto se pode denominar “língua cristã”.

Enfim, naquela România peninsular, romana-visigótica por excelência, a comunicação do dia a dia entre os populares não mais era feita com o “latim vulgar” propriamente, mas através de uma língua cristã (um dos inúmeros romances que se efetivavam e evoluíam ao longo dos três séculos de dominação visigótica).

Muitos desses romances evoluíram para as dezenas de línguas românicas, poucas das quais são hoje línguas neolatinas, sendo algumas línguas nacionais de um país independente, como observa Ilari (1992):

Como resultado dessa tendência [à diversificação regional], no final do primeiro milênio, a România apresentava-se fragmentada numa quantidade de dialetos de origem latina e foi nesse panorama de diversificação que, em seguida, alguns dialetos, projetados pelo prestígio político, econômico ou cultural da região em que eram falados, se impuseram aos dialetos vizinhos, transformando-se com o tempo em línguas nacionais. (ILARI, 1992, p. 135)

Em suma, no período imediatamente posterior à queda do Império Romano, podemos assinalar diferentes fatores no processo de evolução da língua latina; há os extralinguísticos como as invasões bárbaras e as suas consequências sociopolíticas, e há os propriamente linguísticos como as influências dos substratos (línguas subjugadas e esquecidas por ação de outra que se lhes impõe) e das dos superestratos (línguas dos povos vencedores, preteridas pela língua do povo vencido). Com a perda de poder central dos romanos, ocorreu o aniquilamento da escola e da atividade intelectual, que passou a se limitar às instituições religiosas ou, simplesmente, ficou ao léu. A língua latina, por conseguinte, sofreu o seu processo de evolução no uso oral pelos membros das diferentes comunidades linguísticas, que se formaram ao longo do tempo sob o poder desatento dos invasores bárbaros, que também compunham tais comunidades linguísticas.

Os invasores bárbaros mantinham-se constantemente em luta entre si, o que favoreceu a ação dos substratos, que, sem o antigo controle do Império Romano, incidiu sobre o latim falado com maior força, modificando-o profundamente. E foi assim que se instaurou o “processo de diversificação regional do latim vulgar, que, favorecido nos séculos seguintes por condições históricas apropriadas, transformou o mapa linguístico da România num mosaico de pequenos dialetos” (ILARI, 1992, p. 157).

Portanto, o romance é uma comunicação dialetal intermediária entre o desaparecimento do latim popular e o surgimento de uma dada língua românica, já que se pode entender o romance como um estágio da dialetação do latim vulgar que antecede a emergência das línguas românicas propriamente. Câmara Jr. (1985a) também faz referência ao fato de o termo ser usado como coletivo de línguas românicas ou, ainda, para uma dessas línguas, embora seja preferível usar o termo “romance ou romance” para “designar a fase final do latim vulgar imperial, depois do séc. III, d.C., quando já contrasta com o latim clássico em virtude de profundas

inovações (...), como fase preliminar das línguas românicas” (CÂMARA JR., 1985a, p. 211).

Por volta do século VII para o VIII, vários reinos visigóticos ou gótico-cristãos já se estabeleciam e se instituíam também um falar do reino. Logo, um romance em especial era tomado naturalmente como a língua de um dado reino; por vezes dois ou mais romances se confundiam e passavam a ser uma língua de uma dada região. Assim, muitos deles iam desaparecendo ou se desenvolvendo e sendo tomados como uma língua românica, como se pode depreender da seguinte citação de Coutinho (1976):

As línguas neolatinas não se derivaram diretamente do latim, mas entre aquelas e este houve os vários *romances* – assim se chamavam as modificações regionais do latim –, dos quais saíram então as línguas românicas. (COUTINHO, 1976, p. 43)

Portanto, as línguas românicas são formas evoluídas dessa modalidade oral da língua latina, i.e., dos romances. Logo, além de muitos elementos linguísticos do período de formação das línguas românicas, certos fatos históricos são fundamentais para a sua história externa. A partir da descrição desses elementos, pode-se estabelecer um período pré-histórico (a instituição do latim na península Ibérica) e um proto-histórico das línguas românicas (a utilização das formas dialetais latinas como comunicação cotidiana na península).

Acresce-se que no início do século VIII, a península Ibérica foi invadida pelos árabes maometanos, que, rápida e facilmente, dominaram grande parte dos territórios do fragilizado reino gótico-cristão, em virtude da instabilidade daquele governo, que se arrastava havia décadas.

2. Situação sociopolítica da península Ibérica (ou Hispânica) sob o domínio visigótico

Vimos que, logo após a queda do Império Romano do Ocidente, a geografia da península se modificou com a ocupação dos bárbaros suevos, alanos e vândalos, que se distribuíram ao longo da península; os vândalos e os alanos se distribuíram do centro ao Sul da Hispânia, enquanto os suevos ocuparam o Norte, o Alto Nordeste e ao Oeste da península. Num segundo momento, em 507, chegam os visigodos, que expulsaram os alanos e os vândalos, que seguiram para o Sul e depois para o Norte da África, onde se instalaram. Pouco mais tarde, em 585, os visigodos subjugarão os

suevos do Norte da península e, praticamente, dominam toda a península Hispânica.

A situação sociopolítica da Hispânia continuava instável, pois os conflitos internos eram constantes e abalavam o governo visigótico, que ainda procurava estabelecer o seu domínio e em resolver questões político-religiosas.

O grande rei visigodo Leovigildo, que professava o arianismo, no período de 569 a 586, fortaleceu a autoridade real em toda a Hispânia, pacificando revoltas em Córdova e em Ourense, e ainda dominou Zamora, Palência, Leão e as regiões da Cantábria e das Astúrias no Alto Nordeste da península.

Um de seus dois filhos, Hermenegildo, que era um rei católico na Bética, revoltou-se contra o pai, que era ariano, criando um grande conflito armado entre católicos e arianos. O rei Leovigildo, depois de capturá-lo, o enviou a ferros para Terragona, onde foi decapitado no Domingo de Páscoa de 585, por ter rejeitado a oferta de perdão do seu pai por fidelidade ao cristianismo.

Em 586, o rei Leovigildo subjugou os suevos da Galiza e juntou os dois reinos e depois tomou o controle de Córdova aos bizantinos. Morreu em 586 e foi sucedido pelo seu filho mais novo, o bárbaro Recaredo. Recaredo I, quando se tornou rei (586–601) dos godos e dos suevos, converteu-se ao cristianismo católico e depois de abafar a revolta liderada pelo bispo ariano de Mérida, supervisionou o Terceiro Concílio de Toledo de 589, em que denunciou o arianismo. Venceu os bizantinos na Bética e passou o trono para o seu filho, Liúva II, em 601, o qual foi deposto pelo nobre visigótico Viterico (603–610), que também teve um reinado de curta duração.

Houve vários reis visigóticos entre 610 e 631, um período de constante regicídio e conflitos internos. Logo, o governo dos visigodos nunca fora estável, por conta desses conflitos pelo poder entre os reis e a nobreza.

Houve uma certa estabilidade após a unificação religiosa, que fortaleceu o poder político da Igreja em conjunto com os nobres. Contudo, não se pode deixar de considerar que até o final do século VII a península não teve um longo período de paz e os diversos reinos gótico-cristãos nunca se organizaram propriamente.

De fato, por volta do século VIII, o Reino Visigótico encontrava-se numa situação de profunda crise sociopolítica, em virtude das

constantes guerras internas. Nessa época, um exército muçulmano sob o comando de Tárique atravessou o estreito de Gibraltar e invadiu a península Ibérica em 711. A conquista dos territórios do Sul da península pelos muçulmanos foi rápida e sem grande resistência por parte das populações locais, que já não suportavam as guerras constantes entre os membros da nobreza visigótica.

3. A formação dos primeiros reinos gótico-cristãos e a comunicação comum da época

Depois da queda do Império Romano do Ocidente no final do século V com as decisivas invasões bárbaras, e principalmente com o domínio dos visigodos, diversas comunidades gótico-cristãs começam a se formar na Hispânia (península Ibérica). Impõe-se, assim, uma nova cultura – a gótico-cristã – em toda a Hispânia, por ser composta de remanescentes peninsulares romanizados e cristãos e de visigodos, que também se tornaram cristãos.

O Reino Suevo (ou Reino da Galécia), que em pouco tempo se formou, sendo o primeiro reino estável na península Ibérica da Idade Média, subsistiu de 411 até 585, quando foi anexado ao Reino Visigótico, o seu dominador.

O Reino Suevo formou-se na região noroeste da península no ano 411, logo após a incursão das tribos suevas, juntamente com os vândalos e os alanos, que, atravessando os Pirineus, fixaram-se nessa grande área – onde hoje é a Galiza e parte de Portugal – até o ano 585. Como federados dos romanos, os suevos ocuparam, inicialmente, as regiões costeiras das províncias romanas da Galécia e do norte da antiga Lusitânia e fizeram de *Bracara Augusta* (hoje Braga) a capital do seu reino.

O Reino Suevo manteve independente até 585, quando foi derrotado pelo visigótico Leovigildo, o Rei dos reis visigóticos, e passou a ser a sexta província do Reino Visigótico.

O Reino dos Alanos se formou inicialmente na região leste das províncias da Lusitânia e da Hispânia Cartaginense, no Centro--Sudeste da península. Esse reino fora fundado pelos alanos ocidentais, que invadiram a Hispânia romana em 409, juntamente com os vândalos e os suevos. Muitos dessas tribos alanas se estabeleceram no Centro-Sudeste da Hispânia, entretanto uma grande maioria dos alanos seguiu com os vândalos para o Norte da África em 429.

Em 426, o rei alano ocidental Átax foi morto durante uma batalha contra os visigodos, e esses alanos se refugiaram no Reino Vândalo do Norte da África e apelaram ao rei vândalo Gunderico a ampará-los. Aqueles reis vândalos passaram a se autointitular *Rex Wandalorum et Alanorum* (“Rei dos Vândalos e Alanos”).

O Reino Vândalo foi estabelecido pelos bárbaros vândalos sob a liderança de Genserico, que ascendeu ao trono em 428 e reinou até 477, no Norte da África e Mediterrâneo. Esse reino originou-se do assentamento dos vândalos silingos, que, inicialmente, estabeleceram-se na Bética, como federados. Em 429, foram ameaçados pelos visigodos e, atravessando o Estreito de Gibraltar, juntamente com os alanos, expandiram-se ao Norte da África e Mediterrâneo.

Dez anos depois, em 439, esses vândalos dominaram Cartago romana, a qual foi dominada sem luta; o rei Genserico fez dessa Cartago a capital de seu reino. Em seguida, conquistou Sicília, Sardenha, Córsega, Malta e ilhas Baleares, e, afrontando os romanos, firmam-se como um reino independente e poderoso.

Na sequência, em 455, com um enorme poder marítimo e uma marinha bem organizada, os vândalos invadiram a península Itálica e atacaram Roma, saqueando-a e humilhando-a. A fraqueza do Império Romano do Ocidente era flagrante, e isso favoreceu a outras investidas de hordas germânicas, que ocorreram posteriormente.

De fato, os vândalos obtiveram importantes vitórias e asseguraram seu poder por décadas até finalmente acabarem derrotados pelo Império Bizantino, herdeiro de Roma no Oriente.

O último reino bárbaro a se formar na Hispânia foi o dos visigodos, que chegaram em 507 e, definitivamente, afugentaram para o Norte da África os alanos e os vândalos, que viviam no Sul da Hispânia, e em 586, subjugaram os suevos e finalmente expulsaram os bizantinos do Sul da península, instituindo o seu reino visigótico em toda a península Hispânica.

Ainda se mantendo nas regiões da Gália Aquitânia e da Gália Narbonense, porém às duras penas, porquanto eram ameaçados pelos francos, os vândalos estendem os seus domínios numa grande parte da península Hispânica, que era ocupada pelos alanos e pelos vândalos em 507.

Após perderem as Gálias para os francos, os visigodos ocuparam as terras hispânicas que eram os reinos dos vândalos e dos alanos,

fundando o Reino de Toledo. Esse Reino dos Visigodos, nessa época, ainda era federado aos romanos e estava sob o governo do Reino dos Ostrogodos. Porém, em 526, com a morte do rei ostrogodo Teodorico, tornou-se independente daquele reino e deu início a uma série de incursões na Hispânia, todas bem-sucedidas.

Em 558, os visigodos subjugaram o restante dos alanos e os vascoês, que ocupavam o Alto Nordeste da península e avançam para o Sul. Nessa época, o Reino dos Visigodos já fazia fronteira, ao extremo sul da península, com o Império Romano do Oriente (ou Império Bizantino), que tinha subjogado os vândalos e os alanos daquela região e nela se instalava.

Em 570–572, o rei visigodo Leovigildo retomou Córdoba aos bizantinos, aproveitando-se da guerra que o Império Bizantino travava com os persas.

Finalmente, ainda em 585, o rei Leovigildo derrotou o Reino Suevo, que passou a ser a sexta província do seu reino, e no ano seguinte, expulsaram os bizantinos da península, fixando o reino visigótico em toda a extensão da Hispânia. O Reino dos Visigodos subsistiu até a chegada dos árabes muçulmanos no século VIII.

Também esses bárbaros góticos paulatinamente se latinizavam, uma vez que adotaram a língua latina, com variações regionais e consideravelmente evoluídas por ação dos substratos linguísticos locais, que era a língua de comunicação do povo peninsular. Logo, o processo de latinização tinha continuidade. Por exemplo, o latim vulgar (oral, usual ou mesmo popular), mantendo muitos traços culturais dos romanos, continuou sendo usado no consistente Reino Suevo, isolado ao Norte–Noroeste da península, margeando o litoral do Atlântico (Grande parte da Galécia e boa parte da Lusitânia). Também os visigodos, que chegaram mais tarde e absorveram o Reino Suevo, assimilaram aquela modalidade cristã de comunicação linguística, além de outros tantos elementos culturais de natureza latina.

Por volta do final do século VI, aquele latim oral (vulgar ou popular), já bem alterado principalmente por influência dos substratos e matizado pelos superestratos, modifica-se ao longo do tempo. De fato, aquelas línguas peninsulares (dos povos pré-romanos que habitaram as regiões ibéricas, os celtiberos) já afetavam o latim desde o início do seu contato com as línguas locais como um germe, cuja atuação não era tão perceptível durante a romanização.

Assim, após a queda do Império, acrescida com a atuação das línguas dos bárbaros germânicos (povos pós-romanos que habitaram as regiões ibéricas latinizadas), que adotaram a língua dos vencidos, a ação dos substratos acentuou-se e provocou a dialeção do latim vulgar, que, embora fosse um conglomerado linguístico², manteve-se praticamente uniforme durante a época imperial, porquanto apresentava uma certa regularidade em sua essência, como observa Nunes (1969?):

[...] ainda a influência do meio e outras causas e chegar-se-á a compreender como foi que uma língua que, não divergindo a princípio na sua essência desde o Mar Negro ao Atlântico e do Reno ao Atlas, se achava, pelos séculos VII e VIII, fraccionada em tantas, já a esse tempo perfeitamente distintas, quanto eram os Estados então constituídos. (NUNES, 1969?, p. 9-10)

Essa regularidade se devia ao fato de a norma do latim literário (ou clássico) atuar, em certa medida, sobre o latim vulgar, que “lhe matizava o uso, conforme as situações de comunicação e os meios sociais” (CÂMARA JR. 1985, p. 21). Ainda na época imperial, o latim vulgar diversificava-se em variantes sociais, embora essas variantes estivessem sujeitas a ações normativas da língua literária, que veiculava na grande capital do Império.

Assim, o latim vulgar das províncias era contido pelo latim de Roma, o qual atuava como um modelo que contribuía para a relativa unidade da língua. Ao longo do tempo, após a queda do Império, todavia, o fenômeno da variação dialetal simplesmente se desenvolveu.

Logo, sem o fenômeno da romanização, que antes se desenvolvia naturalmente com as instituições romanas da época do Império: o Império em si, a autoridade de um imperador, o ensino do latim nas escolas e sua circulação com a literatura latina e a ligação entre os centros populacionais – elementos que constituíam forças protetoras à manutenção do latim –, a língua passou a se desenvolver independente e diferentemente em cada região, que praticamente se isolaram.

Na prática, a língua de comunicação nas comunidades linguísticas que se formavam não se caracterizava mais como latim. Era uma língua cristã de natureza latina por força da situação instaurada: todos os habitantes do Reino dos Visigodos procuravam comunicar-se em latim, um latim totalmente modificado. A língua de comunicação entre os peninsulares

² Poder-se-ia dizer que “latim vulgar” é o latim corrente (ou que se refere a um uso corrente da língua latina), mas não convém precisá-lo ou conceituá-lo. Quem o fez ou tentou fazê-lo se equivocou, pois se trata de uma expressão, em princípio, inadequada e imprecisa (Cf. SILVA NETO, 1977).

gótico-cristãos se efetivava essencialmente de forma oral, que se modificava naturalmente. Ou seja, o latim se dialetava natural e paulatinamente no seu uso oral.

Com a dialeção do latim, que era inevitável, principalmente por conta do isolamento das comunidades gótico-cristãs que se formavam, o que dificultava o contato entre os usuários daquela língua oral de comunidades diferentes, instaura-se uma situação de multilinguismo.

A língua latina, que se dialetava no uso efetivo, oral, em cada região, sofria uma profunda corrupção. De fato, poucos eram os indivíduos que dominavam a escrita, e essa língua de comunicação oral – um conglomerado de falares dialetais da língua latina vulgar – denominamos língua cristã.

4. A situação sociopolítica e linguística da península Ibérica com a invasão muçulmana

Depois da queda do Império, por volta do século VI, vários reinos gótico-cristãos se estabeleceram até o século VIII, quando a península foi invadida pelos árabes. No início desse século VIII, a península Ibérica, ainda sob o domínio visigótico, sofre a invasão dos árabes pelo Sul.

Em 710, os reinos visigóticos entram em crise interna, o que favorece a invasão moura, dos árabes maometanos. Em 711, o exército omíada, comandado por Tárique, que fora enviado pelo governador do Norte da África, o muçulmano Muça, desembarcou num rochedo, que passou a ser chamado pelos árabes de *Djebel el-Tariq* ou *Jabal Tariq* (“monte de Tárique”), o qual é hoje conhecido como Gibraltar. Tárique atravessou o estreito de Gibraltar, invadindo a península Ibérica e entrando em guerra contra os visigodos a Batalha de Guadalete (ou Guadibeca), nas proximidades do rio Guadalete em Andaluzia, região sul da península. A conquista daqueles territórios pelos muçulmanos foi fácil e rápida, pois os populares da região, praticamente, não ofereceram resistência e aceitaram o novo governo, que se impunha; poucos foram os que se rebelaram contra o domínio árabe.

Vindo do Norte da África, os mouros maometanos – árabes muçulmanos –, invadiram e dominaram parte da península e, embora oficializassem a língua árabe, não coibiram a língua cristã (conjunto de romances de base latina). Esse estrato linguístico – a língua árabe – foi para a língua latina falada pelo povo conquistado, na qual exerce uma relativa

influência, um adstrato (língua do povo vencedor que não suplanta a do vencido. A partir dessa época, inúmeros romances moçárabes (de base latina) surgiram.

De fato, os árabes transformaram aquela região ibérica em província do Califado Omíada, com sede em Damasco na Síria. Os territórios ibéricos conquistados ficaram sob o jugo dos mouros muçulmanos, que foram bastante tolerantes com os adeptos da fé cristã. Oficializaram a língua árabe, mas não a impuseram pela força; não coibiram os falares da língua latina cristã que se desenvolviam na península. E isso favoreceu a latinidade dos conquistados, que continuaram a falar seus romances cristãos – o moçárabe (ou latinos, como eles denominavam).

Esses invasores muçulmanos efetivavam o seu domínio, que abrangia praticamente toda a península. Apenas ao extremo Norte–Nordeste da península, subsistiam as regiões de Cantábria e do Reino de Pamplona (de origem vasca), que passa a ser o Reino de Navarra, e, ao Baixo Nordeste, o Condado de Aragão (de origem franca), que logo se torna o Reino de Aragão, o Condado de Barcelona ou Condado da Catalunha (de origem franca), que mais tarde se une ao Reino de Aragão, e uma parte das Astúrias, que ainda não se encontravam sob domínio árabe muçulmano, que se concentrava em Córdoba, ao Sul da península.

Figura 1: Fronteira entre o Império Franco e o Califado Omíada no século VIII.



Fonte: <https://arrecaballo.es/edad-media/la-reconquista/los-reinos-pirinaicos/>.

A parte das Astúrias, na qual Pelágio, o líder da Resistência Cristã, se refugiou, era isolada, inóspita e praticamente desocupada, embora estivesse sob o governo provincial dos árabes muçulmanos. Quando os muçulmanos invadiram a Amaya, na Cantábria, e seu povo fugiu para a região das Astúrias, surgiram pequenas vilas, com cujos habitantes cristãos Pelágio iniciou a Reconquista, que lhe proporcionou a fundação do seu pequeno Reino das Astúrias.

Mais tarde, esse pequeno reino se aliou ao Ducado da Cantábria, que fora criado no governo visigótico, e tornou-se o Reino Asturo-Cântabro, que se estende para o Sul, reconquistando terras aos mouros muçulmanos, e incentivando a fundação de outros tantos reinos cristãos, que foram surgindo.

O Reino de Pamplona, que eram terras vascônias ao Sul do Império de Carlos Magno dentro dos limites da península Ibérica ao Nordeste, foi fundado em 824, sob a liderança da figura do basco Íñigo Arista, conde de Bigorre e de Sobrarbe, com o apoio de seus aliados árabes da família Banu Qasi e dos nobres de Tudela.

Naquele território cristão do Alto Nordeste da Hispânia, Pamplona era a cidade mais rica e mais importante, além de ser a mais populosa daquele rico e fértil vale do rio Arga. Por volta do século XII, passou a ser o Reino de Navarra.

Os Condados de Aragão, Sobrarbe e Ribagorza, que mais tarde formariam o Reino de Aragão, eram marquesados carolíngios, do Império dos Francos, embora os árabes mantivessem o controle de Boltaña e suas rotas comerciais que atravessavam os Pirenéus a partir do território de Sobrarbe.

Nos finais do século IX, o concelho de Aragão se liberta da dependência dos francos, permanecendo, no entanto, sob os domínios do Reino de Pamplona até 925, quando se tornou um reino independente com a união com os Condados de Sobrarbe e de Ribagorza. No início do século XII, o rei Ramiro II do Reino de Aragão cria uma aliança com o Condado de Barcelona ao casar a sua filha Petronila, de apenas 1 ano de idade, com Raimundo Berengário IV, conde de Barcelona.

No início da dominação franca, a autoridade do Condado ficou com a aristocracia local, tribal ou visigótica; mais tarde, os carolíngios as substituíram por condes de origem franca. Esse primeiro condado e concelhos consolidaram, em 801, a fronteira carolíngia na Hispânica.

Logo, o domínio dos muçulmanos abrangia quase toda a península e os cristãos se acomodavam dentro desse universo de forma passiva. Porém, muitos cristãos ortodoxos, que não se submeteram ao islamismo, se rebelam e fogem para a região montanhosa das Astúrias, ao Norte da península, que estava sob o governo provincial do comandante mouro Munuza, mas que ainda não estava ocupada pelos árabes.

Na parte muçulmana da península – Al-Andalus (como era chamada a península Ibérica pelos árabes) –, a sua organização territorial se desenvolveu

em três distintas fases: a dos Emirados, a dos Califados e as das Taifas, nessa ordem.

Em 716, o governador muçulmano das Astúrias prende D. Pelágio, um dos rebelados, com outros nobres visigodos, e os envia para a sede do Califado em Córdoba. Porém, D. Pelágio consegue fugir, volta para as Astúrias e se refugia nas montanhas de Cangas de Onis.

Reunindo um grupo de seguidores em 718, D. Pelágio dá início à resistência, instalando-se em Cangas de Onis. Funda o seu pequeno reino ao derrotar os muçulmanos daquela região e expulsar o governador mouro Munuza do distrito das Astúrias.

Mais tarde, em 722, Munuza com um enorme contingente militar investe sobre o pequeno reino de Pelágio nas proximidades de Proaza, nas Astúrias. Contudo, os asturianos em número bem menor vencem de forma espetacular e Munuza morre na batalha. Esse confronto – Batalha de Covadonga – foi, na verdade, a primeira grande vitória dos cristãos sobre os mouros muçulmanos na península após a invasão dos árabes.

De fato, o pequeno Reino das Astúrias, com sede em Cangas de Onis, favoreceu a fundação de outros reinos cristãos, como, em 824, o do pequeno Reino Pamplonense ou Reino de Pamplona-Nájera (Cf. *Annales regni Francorum* ou *Annales laurissenses maiores* – “Anais dos reis francos” –, de ≈840; SCHOLZ, 1972), que, mais tarde, passou a ser o Reino de Navarra.

Para fortalecer o seu reino, Pelágio casa a sua filha, Ermesinda, com D. Afonso, o filho de D. Pedro, Duque da Cantábria, Ducado criado pelo rei visigodo Ervígio por volta de 680 ao Nordeste da península, que também não estava sob o domínio dos mouros. Ao morrer, em 737, D. Pelágio já tinha estabelecido o seu reino nas Astúrias e seu povo praticamente já não temia os mouros.

Unidos no ideal da Reconquista e pelo processo de resgate linguístico-cultural, os peninsulares cristãos, incentivados pelos reinos cristãos que se formavam e resistiam, enfrentavam e iam derrotando os muçulmanos árdua e paulatinamente. D. Fruela I, em seu reinado entre 757 e 768, deu continuidade aos trabalhos de seu pai, D. Afonso I, e também estendeu os limites do Reino Asturo-Cântabro nas terras da Galiza e de Leão.

Em 910, com a morte do rei Afonso III, o grande, o já imenso território reconquistado é dividido pelos três filhos: Fruela II fica com o

Reino das Astúrias; Ordonho II, com o Reino da Galiza; e Garcia, com a província de Leão e Castela.

Nessa época, ainda em 910, funda-se o pequeno Reino de Leão sob o reinado de D. Garcia. Com a morte de D. Garcia, que não tinha deixado herdeiro, o Reino de Leão incorpora a Galiza, já que também D. Ordonho II morrera sem deixar herdeiro, e o Reino das Astúrias, sob o reinado de D. Fruela II, tornando-se o enorme e importante Reino Asturo-Leonês (que pouco mais tarde se separariam novamente) e seu Condado de Castela (que mais tarde, em 1037, se tornaria um reino independente e definitivo).

Já em 1065, houve intensas disputas fratricidas entre Afonso VI, de Leão, D. Sancho II, do Reino de Castela, e D. Garcia II, do Reino da Galiza; D. Afonso VI domina os reinos dos irmãos e se proclama “Imperador de toda a Espanha” (*Imperator totus Hispaniae*), que passou a ter a sua capital na cidade de Leão.

Em 1093, o imperador D. Afonso VI solicita ajuda de cruzados franceses para conter as investidas dos muçulmanos na região do antigo Condado Portucalense, parte dos domínios de seu Império Espanhol. Dentre aqueles cruzados franceses encontravam-se os nobres borgonheses Raimundo e seu primo Henrique, que, mais tarde, casam-se com as filhas do Imperador e são enviados como condes para o Condado Portucalense.

Em 1093, D. Raimundo, que, em 1091, casara-se com Urraca, filha do Imperador Afonso VI, torna-se o senhor dos Condados da Galiza e de Portugal e Coimbra, tendo como vassalo (ao passar o comando do Condado Portucalense por vassalagem) o seu primo e cunhado D. Henrique, que se casara com Tareja, a filha bastarda do Imperador. Ambos os condes tinham sido enviados para aquela região para minar os objetivos ameaçadores dos mouros. D. Henrique, que guerreava no fronte, pouco a pouco empurrava os mouros para o Sul, reconquistando terras em nome do Império Espanhol.

Contudo, com a morte prematura de D. Henrique em 24 de Abril de 1112, o seu filho Afonso Henriques, de apenas 3 anos de idade, herda aquelas terras e passa a ser o conde do Condado Portucalense, tendo a sua mãe, Dona Tareja, como regente.

Ao reinado de Dona Urraca, filha de D. Afonso VI, sucedeu o seu filho D. Afonso VII, que também se proclamara Imperador de Espanha e reinou até a sua morte em 1157. Com isso, Leão ganhou novamente, embora por um breve período, a sua independência; os extensos territórios

que compunham o reino foram repartidos entre os filhos de D. Afonso VII: D. Sancho III, que ficou com Castela (que volta a ser um reino independente), e D. Fernando II, que recebeu Galiza e Leão (que passa a ser o independente Reino de Leão e de Galiza).

Pode-se dizer que, durante séculos, a Galiza foi o reino cristão alternativo da Hispânia muçulmana, não só para os árabes, mas também para o papado do Sacro Império Romano-Germânico.

D. Sancho III governou o Reino de Castela até a morte em 1158 e foi sucedido por seu filho, D. Afonso VIII. Também D. Fernando II governou o Reino de Leão (i.e., o reino galego-leonês) até sua morte em 1188, quando foi sucedido pelo seu filho, D. Afonso IX.

Nessa época, em 1179, o Reino de Portugal, fundado em 1143, tornava-se independente da Coroa de Espanha definitivamente, com a aprovação da “*Bula Manifestis Probatum*”, do Papa Alexandre III, que reconheceu a sua independência, e se estendia até Lisboa, cujo rei D. Afonso Henriques, com os seus 70 anos de idade, ia vencendo os moçárabes e anexando as terras conquistadas; a extensão máxima do reino independente é conseguida por volta do ano 1249 com a anexação do Algarve pelo rei D. Afonso III, após as conquistas dos sucessores do primeiro rei de Portugal, D. Afonso Henriques.

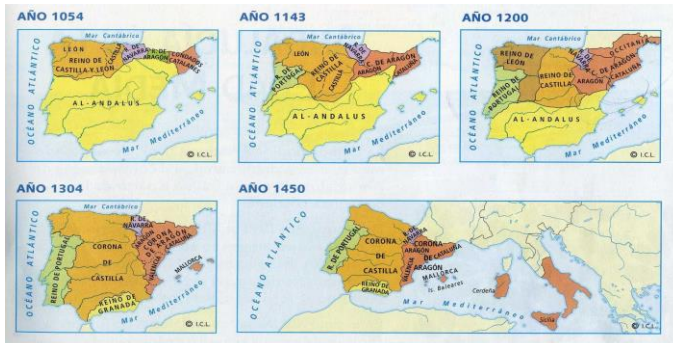
Também nessa época, por volta de 1137, o Condado da Catalunha e o Reino de Aragão se uniam com o casamento do conde Ramon Berenguer IV com a herdeira do Reino de Aragão. Com a união os catalães, que passaram a dominar o estado até 1412, dedicaram-se ao comércio e à expansão marítima. Os reis aragoneses se incumbiam de defender as terras do Reino de Aragão e do Condado da Catalunha das investidas do Reino de Castela e das ameaças dos mouros, que ainda ocupavam grande parte da península ao Sul – o seu Al-Andalus.

Em 1230, o Reino de Leão teria sido tomado pela última vez pelo Reino de Castela, quando o filho de D. Afonso IX de Leão, Fernando III de Castela, se casa com Dona Berengária de Castela, e se apropriou do trono que pertenceria às suas meias-irmãs, Dona Sancha e Dona Dulce, as legítimas herdeiras do Reino de Leão. Logo, o usurpador D. Fernando III unifica definitivamente as duas coroas, com a capital em Toledo, que já tinha sido tomada pelo Reino de Castela aos mouros; a língua leonesa passa aos poucos a ser substituída pela língua castelhana do Reino de Leão e Castela, que se impunha como língua daquela Coroa espanhola.

Também o Reino de Navarra, que já estivera sob o governo de Aragão de 1076 a 1134, voltou a ser governada em 1425 pelo D. Fernando II, rei de Aragão, mas só foi totalmente dominada em 1524 por D. Carlos V, neto e sucessor de D. Fernando II, que também já reinava em Castela, que se unira a Aragão com o seu casamento com Dona Isabel.

Ainda no século XV, com o casamento da rainha Branca I de Navarra com D. João II de Aragão, deu-se a união das coroas de Aragão e de Navarra, e, pouco depois, foram separadas por Dona Leonor I, a filha mais nova de João II e Branca I, que teve que lidar com uma prolongada guerra civil. Os territórios de Navarra, ao sul dos Pireneus, acabaram sendo incorporados ao reino de D. Fernando II. A outra parte, ao norte, foram incorporada ao Reino da França.

Figura 2: A geografia da península Ibérica dos Séc. XI–XV.



Fonte: <https://estudiandosocialesestoy.blogspot.com/2014/02/formacion-y-expansion-de-los-reinos.html>.

Com as Cruzadas – movimento cristão europeu contra os muçulmanos –, que se tinham iniciado em 1096, sob o epíteto de Guerra Santa, os reinos católicos já haviam reconquistado pouco mais da metade da península desde 1085. E por volta do meado do Séc. XV, a península Ibérica já se encontra praticamente livre dos mouros maometanos, que ainda ocupavam uma pequena faixa ao Sul da península.

Em 1479, o herdeiro do Reino de Aragão, D. Fernando II, se casa com Dona Isabel, a herdeira de D. Henrique IV, rei de Castela, e os reinos de Aragão e Castela se unem para formar o núcleo da Espanha moderna. Com essa união, criou-se a Monarquia Espanhola, e D. Fernando e Dona Isabel, os Reis Católicos, definiram os limites do Reino Espanhol,

expulsando os últimos mouros de suas terras. Logo, somente no final do Séc. XV, a Hispânia se faz senhora da península Ibérica com a reconquista de Granada – a última região ocupada pelos mouros.

Os domínios de Aragão mantiveram-se estabelecidos até 1707, com instituições de autogoverno própria; depois da Guerra da Sucessão, Felipe IV de Aragão (V de Castela), neto e sucessor de D. Fernando II, aprovou os Decretos do Novo Plano, e, a partir desse momento, a Aragão passou definitivamente a compor o Reino de Espanha.

Não nos tem sido desenvolvidos estudos sobre as diferentes situações por que passou a língua falada pelos povos daquela parte da península depois das invasões dos povos árabes, que determinaram o fim do domínio visigótico por volta do século VIII da nossa era.

De certo, o latim vulgar é a origem mediata das línguas românicas, cuja emergência tem sido situada pelos renomados Especialistas no assunto no século VIII-IX, como podemos conferir nos trabalhos de Nunes (1969); Vasconcellos (1911 [1959]); Vasconcelos (1956), Ilari (1992), Bassetto (2005), Teyssier (2004) e outros. Acresce-se que a língua latina, falada pelos povos celtiberos romanizados e os bárbaros dominadores – o latim denominado vulgar, que era a linguagem de comunicação comum da época – passou por um período longo de dialeção após a queda do Império com as invasões bárbaras.

De fato, instaurou-se um verdadeiro multilinguismo em toda aquela região ocupada pelos vários povos bárbaros durante a formação dos diversos reinos gótico-cristãos. E só depois, por volta dos séculos VII-VIII é que aqueles falares dialetais do latim vulgar se estabeleceram como meio de comunicação linguística de cada reino gótico-cristão (Cf. BOTELHO, 2022. Cap. IV; BOTELHO; OSÓRIO, 2021).

Tais formas linguísticas dialetais, já meio organizadas, denominadas romances ou romances pelos estudiosos da nossa época, ou seja, a forma cristã de comunicação comum da primeira fase da dialeção do latim vulgar, é que, de fato, constituem a origem imediata das línguas românicas.

Portanto, pode-se definir “romance (ou romance)” como uma forma de comunicação intermediária entre o latim vulgar imperial e o surgimento de uma dada língua românica do século VIII.

5. Considerações finais

Ao fim desse estudo, espero ter conseguido esclarecer as circunstâncias de formação das línguas românicas, que surgiram a partir do século VIII, durante a Reconquista Cristã dos territórios ibéricos, que se encontravam sob o domínio dos mouros invasores.

Sem negar a difundida ideia de que essas línguas se originaram do latim vulgar e, por isso, são denominadas “românicas”, afirmo que elas têm a sua origem imediata na forma dialetada desse latim vulgar mais propriamente. Ou seja, as línguas românicas se originam dos romanches, falados nas respectivas regiões do antigo Império Romano, durante os três séculos de dominação germânica.

Por isso, procurei, neste artigo, refletir sobre os aspectos da situação sociopolítica e linguística da região ibérica, onde se instituíram os diversos reinos germânicos após a queda do Império Romano até o século VIII, quando a península Ibérica foi dominada pelos árabes muçulmanos.

Para se chegar a esta conclusão, foi apresentado um breve histórico da evolução do latim vulgar, acompanhado de digressões pontuais da situação sociopolítica e linguística da península Ibérica medieval. Fez-se, portanto, uma reflexão acerca da dialeção da língua latina que se deu após a queda do Império Romano, com a invasão dos bárbaros germânicos. A ocupação das regiões por esses povos invasores, que adotaram o latim vulgar como língua de comunicação cotidiana, não se deu de forma organizada. Muitas estradas foram destruídas e muitas das regiões peninsulares ficaram praticamente isoladas, o que favoreceu, sobremaneira, a ação dos substratos latinos, que exerceram uma considerável influência sobre o latim, dialetando-o profundamente. Daí, diversos romanches foram surgindo naquele primeiro século pós-queda do Império e fim da romanização, que garantia a relativa homogeneidade do latim vulgar até então.

Também, discutiu-se sobre a situação sociopolítica da península durante a ocupação dos visigodos, que a invadiram no século VI; expulsaram os alanos e os vândalos, dominaram os suevos e, adotando vários elementos da cultura romana remanescentes, como a língua latina, e introduzindo outros elementos culturais, fundaram seus reinos gótico-cristãos. Durante essa nova cultura peninsular – a cultura gótico-cristã –, desenvolveu-se uma língua cristã (conjunto de romanches cristãos), que subsistiu até o ano de 711, quando ocorreu a invasão dos árabes maometanos, que ocuparam praticamente toda a Hispânia.

A partir desse século VIII, os poucos cristãos rebeldes, que se refugiaram nas Astúrias, resistindo ao domínio muçulmano, iniciaram o movimento de Reconquista Cristã. Unidos pelo ideal cristão dessa reconquista, venceram os mouros muçulmanos em importantes batalhas. Com a Reconquista Cristã, que se estendia para o sul, muitas terras foram conquistadas aos mouros; muitos reinos cristãos e seus condados iam sendo fundados e, por conseguinte, as línguas românicas iam surgindo dos romances dos respectivos reinos e condados.

Estamos certos de que não se esgota neste artigo tal tema, mas esperamos ter contribuído para o estudo daqueles que se interessam pela história externa das línguas românicas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BASSETTO, Bruno Fregni. *Elementos de Filologia Românica*. Vol. I, História Externa das Línguas Românicas. S. Paulo: Edusp, 2005.

BOTELHO, José Mario. *História e formação do léxico da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Autografia, 2022.

_____; OSÓRIO, Paulo. A latinização da península ibérica: a queda do império romano e as suas consequências na geolinguística da península. *Revista Philologus*, Ano 27, n. 80, p. 11-26. Rio de Janeiro: CiFEFiL, mai./ago.2021b. Disponível em: <https://www.revistaphilologus.org.br/index.php/rph/article/view/588>.

CÂMARA Jr., Joaquim Matoso. *Dicionário de Linguística e Gramática*: referente à língua portuguesa, 12. ed. Petrópolis: Vozes, 1985a.

_____. *História e Estrutura da Língua Portuguesa*. 4. ed., Rio de Janeiro: Padrão, 1985b.

COUTINHO, Ismael de Lima. *Pontos de Gramática Histórica*. 7. ed., Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1976.

ILARI, Rodolfo. *Linguística Românica*. São Paulo: Ática, 1992.

NUNES, José Joaquim. *Compêndio de gramática histórica portuguesa*. 7. ed., Lisboa: Livraria Clássica Editora, [1969?].

SCHOLZ, Bernhard Walter. *Carolingian chronicles: Royal Frankish annals and Nithard's Histories*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1972.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

SILVA NETO, Serafim da. *História do latim vulgar*. Rio de Janeiro: Ao Livro técnico, 1977.

TEYSSIER, Paul. *História da Língua Portuguesa*. Trad. por Celso Cunha. 2. ed., São Paulo: Martins Fontes, 2004.

VASCONCELOS, Carolina Wilhelma Michaëlis de. *Lições de Filologia Portuguesa*. Lisboa: Revista de Portugal, 1956. (Tomos: I, II, III e IV).

VASCONCELLOS, José Leite de. *Lições de Filologia Portuguesa*. Lisboa: [s.n.], 1926.

VASCONCELLOS, José Leite de. *Lições de Philologia Portuguesa*. Lisboa: Livraria Clássica, 1911 [1959].